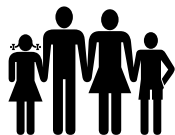
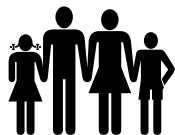


14/08/2026 - Comitê de Investimentos

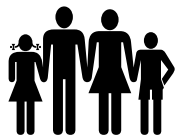
Ata da Reunião do Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência Municipal de Ubatuba – IPMU, realizada ao catorze dias do mês de agosto de dois mil e vinte e seis, às nove horas, na sala de reuniões da sede do IPMU, onde compareceram os membros: Fernando Augusto Matsumoto, Flavio Bellard Gomes, Lucas Gustavo Ferreira Castanho, Marcelo da Cruz Lima e Sirleide da Silva. Registrou-se também a presença do Gestor de Recursos Wellington Diniz, do Diretor Administrativo Antonio Marques de Oliveira e da Diretoria de Seguridade e Benefícios Karen Sonoyo Yamamoto. Dando início à pauta, os membros do Comitê de Investimentos passaram à análise do **Relatório Financeiro referente - julho/2026**, conforme documentos acostados nos processos: IPMU/001/2026 (Taxa de Administração_07), IPMU/006/2026 (Folha de pagamento dos apontados e pensionistas x contribuição previdenciária_07), IPMU/007/2026 (Balancete da Receita_07), IPMU/007/2026 (Balancete da Despesas_07), IPMU/007/2026 (Boletim de Caixa_07), IPMU/014/2026 (Demonstrativo Investimentos DAIR_07), IPMU/015/2026 (Compensação Previdenciária_07), IPMU/016/2026 (Audesp Financeiro_06), IPMU/018/2026 (APR - Autorização de Aplicação e Resgate_07), IPMU/033/2026 (Demonstrativo Previdenciário da Câmara_07), IPMU/033/2026 (Demonstrativo Previdenciário do IPMU_07), IPMU/033/2026 (Demonstrativo Previdenciário da Prefeitura_07), IPMU/111/2026 (Relatório de Investimentos_07), IPMU/111/2026 (Relatório de Carteira de Investimentos_07), IPMU/111/2026 (Relatório da Execução da Política de Investimentos_07), IPMU/003/2026 (Relatório de Risco de Mercado_07), IPMU/111/2026 (Relatório de Risco de Desenquadramento_07), IPMU/111/2026 (Relatório de Aderência aos Benchmarks_07), IPMU/003/2026 (Informativos do Mercado Financeiro_07), IPMU/111/2026 (ALM Estratégia Integrada de Ativos e Passivos). Relatórios de Riscos e Controles, processo IPMU/111/2026: análise de dispersão, Benchmarks - Janela Móvel de Volatilidade, Benchmarks - Risco x Retorno no mês e ano, Benchmarks - Volatilidade mensal e anual, Correlação, Drawdown Ativos e Segmento, Evolução do Patrimônio, Histograma Ativos e Segmento, Janela Móvel de Retorno ativo e segmento, Lâmina - Por Ativos - Janela Móvel de Retorno, Lâmina - Por Ativos - Janela Móvel de Volatilidade, Lâmina - Por Segmento, Ranking AUM e Captação, Rating, Retorno Acumulado ativos e segmento (mês e ano), Retorno x Meta Atuarial, Risco x Retorno ativo e segmento (mês e ano), SHARPE, VaR e Volatilidade no período ativos e segmento. Análise conjuntural de mercado econômico, mercado financeiro e monitoramento das variáveis macroeconômicas. Avaliação mensal de risco de mercado da carteira de Investimentos. Análise de relatório gerencial de rentabilidade dos fundos de investimentos e acompanhamento da Política Anual de Investimentos. Informações dos acontecimentos políticos e econômicos e seus impactos na carteira de investimentos do IPMU. Visão de curto, médio e longo prazo. Balancete de Receita e Despesa que contém os dados atualizados da previsão e da execução orçamentária. Relatório de Execução Orçamentária com os fluxos de caixa das receitas e despesas para avaliação da situação financeira e orçamentária dos próximos meses. IPMU/123/2025 Manual de Compras de Títulos Públicos. **Análise Macroeconômica e de Mercado.** Com a finalidade de analisar o desempenho da carteira de investimentos referente ao mês de julho de 2026, avaliar os cenários econômicos nacional e internacional, examinar os resultados financeiros e previdenciários da autarquia, acompanhar os indicadores de rentabilidade, risco, liquidez e enquadramento dos ativos e discutir estratégias de alocação dos recursos previdenciários, observadas as disposições da Política de Investimentos vigente e da Resolução CMN nº 5.272/2025. **Cenário Global.** Inicialmente, foi apresentado aos membros do Comitê de Investimentos do IPMU o panorama econômico internacional referente ao mês de julho de 2026, contemplando os principais indicadores de atividade econômica, inflação, mercado de trabalho e política monetária das principais economias mundiais, com destaque para os Estados Unidos, a Zona do Euro e a China, além dos riscos decorrentes das tensões geopolíticas internacionais. Estados Unidos: A economia norte-americana permaneceu em expansão, embora apresentando sinais de desaceleração. O Produto Interno Bruto (PIB) registrou crescimento anualizado no segundo trimestre de 2026, inferior observados anteriormente. O mercado de trabalho manteve relativa estabilidade, com taxa de



desemprego de 4,1%, enquanto o índice de preços de gastos com consumo pessoal (PCE) desacelerou para 3,7%, permanecendo acima da meta inflacionária de 2,0%. Nesse contexto, o Federal Reserve (Fed) manteve a taxa básica de juros no intervalo de 3,50% a 3,75% ao ano, adotando postura cautelosa diante da persistência das pressões inflacionárias. Por outro lado, o Índice de Gerentes de Compras (PMI) avançou em julho, indicando continuidade da expansão econômica. Foi destacado que a trajetória dos juros norte-americanos permanece como importante fator de influência sobre os fluxos internacionais de capitais, o comportamento do dólar e as taxas de juros dos países emergentes, incluindo o Brasil. Zona do Euro: Foi apresentado o comportamento da inflação europeia, que atingiu 2,9% em julho de 2026, permanecendo acima da meta de 2,0% estabelecida pelo Banco Central Europeu (BCE), principalmente em decorrência das pressões sobre os preços de energia e serviços. Em contrapartida, o PMI Composto avançou, alcançando o maior nível dos últimos oito meses e demonstrando recuperação gradual da atividade econômica. Diante desse cenário, o Banco Central Europeu manteve sua política monetária cautelosa, com a taxa de depósito em 2,25% ao ano, buscando equilibrar o controle da inflação e a sustentação do crescimento econômico. Foi ressaltado que a evolução da economia europeia exige acompanhamento, especialmente pelos possíveis reflexos sobre os mercados financeiros internacionais e os fluxos de investimentos. China: Em relação à economia chinesa, foi apresentado o recuo do PMI industrial indicando desaceleração do ritmo de expansão industrial. Foram destacadas as dificuldades enfrentadas pelo setor imobiliário, a moderação da demanda interna e os desafios relacionados à recuperação sustentada da atividade econômica. O Banco Popular da China manteve suas principais taxas de referência, buscando preservar condições favoráveis ao crescimento e à estabilidade financeira. Também foram abordadas as tensões geopolíticas no Oriente Médio, especialmente os riscos relacionados ao transporte de petróleo pelo Estreito de Ormuz, importante rota de abastecimento energético internacional. Foi ressaltado que eventuais restrições ao fluxo de petróleo poderiam pressionar os preços internacionais da energia, ampliar a inflação e provocar maior volatilidade nos mercados financeiros. Reflexos sobre os investimentos do IPMU: Considerando os indicadores apresentados, foi destacada a importância do acompanhamento permanente do cenário internacional, especialmente em razão de seus possíveis impactos sobre as taxas de juros brasileiras, o comportamento do câmbio, a precificação dos títulos públicos federais e o desempenho dos investimentos em renda variável e no exterior. A análise reforçou a relevância da manutenção de estratégias prudentes, compatíveis com o perfil conservador da carteira e com os compromissos financeiros e atuariais do Instituto. **Cenário Econômico Nacional**. Na sequência, foi apresentado o panorama da economia brasileira referente ao mês de julho de 2026. Atividade econômica: A economia brasileira apresentou sinais de enfraquecimento, com o Índice de Gerentes de Compras (PMI) recuando para 48,8 pontos, retornando ao campo de contração, especialmente em razão da perda de dinamismo dos setores industrial e de serviços. Também foi destacada a redução da confiança do consumidor pelo terceiro mês consecutivo, indicando maior cautela das famílias diante do ambiente de juros elevados, do endividamento e das incertezas econômicas. Mercado de trabalho: Apesar da moderação da atividade econômica, o mercado de trabalho brasileiro permaneceu resiliente, com a taxa de desocupação recuando para 5,4%, considerada o menor patamar da série histórica apresentada. O resultado demonstrou a manutenção de condições favoráveis de emprego, contribuindo para a sustentação da renda e do consumo das famílias. Inflação e política monetária: No campo inflacionário, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) apresentou variação de 0,07% em julho, acumulando 4,44% nos últimos doze meses. Embora tenha sido observada desaceleração da inflação mensal, o resultado acumulado permaneceu acima do centro da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional. Foi destacado que o Comitê de Política Monetária (Copom) manteve postura cautelosa na condução da política monetária, diante da persistência das expectativas inflacionárias e das incertezas relacionadas à atividade econômica. A taxa Selic encontrava-se em 14,00% ao ano, mantendo os investimentos de renda fixa pós-fixados, especialmente aqueles referenciados ao CDI, em condições favoráveis de



rentabilidade. Nesse contexto, foi ressaltado que o patamar elevado dos juros continuava proporcionando oportunidades para a carteira de investimentos do IPMU, especialmente em fundos de renda fixa de baixo risco e elevada liquidez, contribuindo para a obtenção de resultados compatíveis com a meta atuarial. Situação fiscal: Foram apresentados os resultados das contas públicas, com destaque para o déficit primário registrado em junho de 2026 e o déficit acumulado nos últimos doze meses. A Dívida Bruta do Governo Geral alcançou 81,9% do Produto Interno Bruto (PIB), evidenciando a necessidade de acompanhamento da trajetória do endividamento público e de seus possíveis reflexos sobre as expectativas econômicas e as taxas de juros. Foi observado que a evolução das contas públicas constitui fator relevante para a formação das taxas de juros dos títulos públicos federais, influenciando diretamente as oportunidades de investimento e os riscos de mercado associados à carteira previdenciária. Sector externo e mercado financeiro: No setor externo, o Investimento Direto no País alcançou US\$ 9,1 bilhões em junho, acumulando aproximadamente US\$ 89,3 bilhões em doze meses, demonstrando a continuidade do ingresso de capitais destinados a investimentos produtivos no Brasil. Também foi destacado o retorno do fluxo líquido positivo de investidores estrangeiros à B3 durante julho, contribuindo para a recuperação do Ibovespa após quatro meses consecutivos de queda. No mercado cambial, o dólar apresentou desvalorização aproximada de 1,68% no mês, encerrando julho próximo de R\$ 5,08, movimento influenciado pelas expectativas relacionadas à política monetária internacional e ao comportamento dos fluxos de capitais. Foram destacados ainda: o ciclo de queda da Selic, de 13,75% em 2026 para 10,00% até 2029 (conforme texto da lâmina); a convergência do IPCA de 5,02% para 3,50%; a estabilização do PIB em 2,0% após vale de 1,52% em 2027; a valorização gradual do dólar de R\$ 5,20 para R\$ 5,37; a projeção de deflação comparativa do IGP-M, atingindo 3,85% em 2029; e a previsão de entrada de Investimento Direto de US\$ 80 bilhões anuais a partir de 2027. Reflexos sobre a carteira de investimentos do IPMU: Diante dos indicadores apresentados, foi ressaltado que o cenário econômico brasileiro continuava favorecendo as aplicações em renda fixa, especialmente aquelas vinculadas ao CDI, em razão do patamar elevado da taxa Selic. Também foi destacada a necessidade de acompanhamento das taxas indicativas dos títulos públicos federais indexados à inflação, considerando as oportunidades de obtenção de taxas reais de juros superiores à meta atuarial e a possibilidade de utilização desses ativos em estratégias de investimento de longo prazo. Entretanto, foi enfatizado que eventuais decisões de alocação devem observar a necessidade de liquidez, os riscos de mercado, os prazos de vencimento dos investimentos e a compatibilidade com os compromissos atuariais do Instituto. Considerações finais sobre o Cenário Macroeconômico. Concluída a apresentação dos cenários econômicos nacional e internacional, foi ressaltado que o ambiente financeiro permanecia caracterizado por incertezas relacionadas à trajetória da inflação, às decisões de política monetária dos principais bancos centrais, às condições fiscais brasileiras e aos riscos geopolíticos internacionais. No âmbito da gestão dos recursos previdenciários, a análise evidenciou a importância da manutenção de uma estratégia conservadora, com prioridade para investimentos que apresentem segurança, liquidez, rentabilidade e compatibilidade com os objetivos estabelecidos na Política de Investimentos do IPMU. Foi destacada a relevância do acompanhamento sistemático dos indicadores econômicos e financeiros, especialmente da taxa Selic, do CDI, do IPCA, das taxas dos títulos públicos federais, das expectativas de inflação e dos movimentos dos mercados de renda variável e investimentos no exterior. A avaliação do cenário macroeconômico também reforçou a necessidade de considerar os riscos associados às oscilações das taxas de juros, à volatilidade dos mercados e às alterações nas condições de crédito, de forma a preservar o patrimônio previdenciário e assegurar condições adequadas para o cumprimento das obrigações presentes e futuras do Instituto. Por fim, registrou-se que as análises econômicas apresentadas constituem subsídios técnicos para as avaliações e decisões do Comitê de Investimentos, devendo ser consideradas em conjunto com os relatórios de rentabilidade, risco, liquidez, enquadramento e evolução patrimonial da carteira, sempre em observância à legislação vigente, à Política de Investimentos e aos princípios de

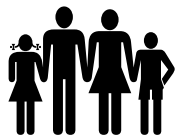


segurança, transparência, responsabilidade e sustentabilidade financeira e atuarial do IPMU.

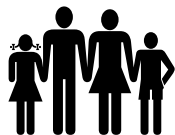
Resultado Financeiro. Na continuidade, foram apresentados os resultados financeiros referentes ao mês de julho de 2026 e ao período acumulado de janeiro a julho. A arrecadação orçamentária do mês alcançou R\$ 6.459.244,52 (R\$ 52.171.995,17 no ano), enquanto as despesas liquidadas e pagas totalizaram R\$ 5.746.056,08 (R\$ 43.051.687,97 no ano). No acumulado do exercício, superávit financeiro acumulado de R\$ 9.113.074,49. Os resultados demonstraram saldo positivo entre receitas e despesas, evidenciando a importância da manutenção de recursos suficientes para o pagamento regular dos benefícios previdenciários. Foi destacado que as principais fontes de arrecadação são as contribuições previdenciárias, os rendimentos das aplicações financeiras e os recursos provenientes da compensação previdenciária. Também foi apresentada a composição das despesas, demonstrando os pagamentos relacionados aos benefícios de aposentadoria e pensão, e às despesas administrativas. Foi apresentado o desempenho da arrecadação decorrente da compensação previdenciária, destacando sua relevância para o equilíbrio financeiro do regime próprio. A apresentação registrou arrecadação acumulada de R\$ 7.737.647,57, superando a previsão orçamentária anual de R\$ 2,205 milhões. O resultado foi considerado relevante para o fortalecimento das receitas previdenciárias, contribuindo para a manutenção da capacidade financeira do Instituto. Os membros destacaram a importância do acompanhamento sistemático dos requerimentos e recebimentos de compensação previdenciária, considerando os reflexos desses recursos sobre o fluxo de caixa e a necessidade de financiamento dos benefícios. O Comitê ressaltou que o acompanhamento do fluxo financeiro constitui instrumento fundamental para o planejamento das aplicações, especialmente na definição dos recursos que podem permanecer investidos por períodos mais longos.

Carteira de Investimentos. A Carteira de Investimentos do IPMU encontra-se estruturada em estrita observância aos limites e diretrizes estabelecidos na Política Anual de Investimentos, apresentando composição diversificada e alinhada ao perfil conservador/moderado da entidade. A estratégia de alocação tem como premissa a busca pelo equilíbrio entre risco e retorno, considerando as variáveis macroeconômicas que impactam o desempenho dos ativos, tanto no cenário nacional quanto internacional. Nesse contexto, a gestão adota abordagem técnica e dinâmica, com monitoramento contínuo dos mercados e avaliação permanente das condições econômicas. A condução da carteira é orientada por uma visão integrada de curto, médio e longo prazo, com foco na preservação do capital, na geração consistente de resultados e na aderência à meta atuarial. Tal estratégia visa assegurar a sustentabilidade do regime, garantindo os recursos necessários para o cumprimento das obrigações previdenciárias atuais e futuras, relativas aos benefícios concedidos e a conceder. No mês de referência, a carteira de investimentos do IPMU totalizou R\$ 681.200.773,49, distribuída entre seis instituições financeiras: Caixa Econômica Federal (32,05%), Banco do Brasil (24,06%), Banco Bradesco (19,01%), Itaú Unibanco (13,17%), Santander (9,86%) e BTG Pactual (1,85%). Ao final do período, os recursos encontravam-se alocados em 10 fundos de investimento (9 com liquidez e 1 com carência), com predominância de ativos de renda fixa, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela CMN na Resolução nº 5.272/2025, refletindo o perfil conservador/moderado adotado pela gestão. Destaca-se a ausência de exposição a fundos estruturados, fundos imobiliários e operações de empréstimos consignados, reforçando a estratégia de mitigação de riscos e preservação de capital. Em termos de liquidez, observa-se que 83,27% da carteira encontra-se alocada em ativos com prazo de resgate de até 30 dias, conferindo elevada capacidade de cumprimento das obrigações previdenciárias no curto prazo e flexibilidade para eventuais realocações táticas. No que se refere ao desempenho, a carteira apresentou comportamento resiliente no período, superando a meta atuarial estabelecida, resultado consistente com a estratégia de alocação adotada e com o cenário de mercado observado.

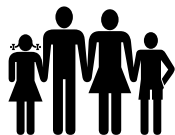
Estratégia de Alocação e Posicionamento da Carteira. O IPMU mantém uma alocação de ativos compatível com o cenário macroeconômico vigente, priorizando instrumentos de perfil conservador, baixa volatilidade e retornos consistentes, alinhados à meta atuarial estabelecida. Destaca-se a concentração em fundos



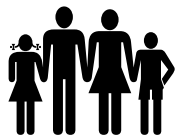
referenciados ao CDI, com alocação de 80,81% da carteira (R\$ 550.483.538,91), além da participação em fundos de vértice com vencimentos em 2026 e 2027, correspondentes a 16,76% (R\$ 113.967.531,17). Essa estrutura reforça a previsibilidade dos fluxos e a aderência à estratégia de carregamento, reduzindo a exposição a oscilações de mercado. Nos demais segmentos, observa-se exposição a ativos de maior risco, com alocação de 0,51% (R\$ 3.474.142,60) em investimentos no exterior e alocação de 1,95% (R\$ 13.275.560,81) em renda variável, evidenciando o caráter predominantemente defensivo da carteira, voltado à preservação de capital e à mitigação de volatilidade. Tal posicionamento tem se mostrado eficiente na geração de resultados consistentes e aderentes à meta atuarial, mesmo em um ambiente caracterizado por maior incerteza e volatilidade nos mercados doméstico e internacional. Diante desse contexto, o entendimento do Comitê de Investimentos é pela manutenção da postura conservadora na alocação dos recursos, com ênfase em ativos de maior previsibilidade e menor risco, de modo a assegurar a estabilidade da carteira e a adequada gestão dos passivos previdenciários frente às incertezas econômicas. **Meta Atuarial e Desempenho.** No mês de referência, a carteira de investimentos do IPMU apresentou rentabilidade de 1,07%, ficando acima da meta atuarial mensal de 0,46%. No acumulado do exercício o desempenho permanece ligeiramente acima ao objetivo atuarial, com a carteira registrando 7,88%, frente a uma meta de 6,93%, evidenciando aderência à estratégia de curto prazo e recuperação da performance no período. O desempenho da carteira permanece alinhado aos objetivos de solvência, equilíbrio atuarial e sustentabilidade do regime, mesmo diante de oscilações pontuais no atingimento da meta mensal. A análise consolidada dos resultados obtidos no encerramento do mês demonstra que a estratégia de investimentos adotada pelo IPMU permaneceu eficiente e plenamente alinhada aos objetivos estabelecidos na Política Anual de Investimentos, proporcionando desempenho superior à meta atuarial tanto no mês quanto no acumulado do exercício. Esses resultados evidenciam a capacidade da carteira em gerar retornos compatíveis com as necessidades atuariais do IPMU, preservando o equilíbrio entre segurança, liquidez e rentabilidade. O desempenho positivo foi impulsionado, principalmente, pelos seguintes fatores: predominância de aplicações referenciadas ao CDI, favorecidas pela manutenção da taxa Selic em patamar elevado; bom desempenho dos fundos de renda fixa e dos fundos de vértice compostos por títulos públicos federais, que contribuíram de forma significativa para a geração de receitas financeiras; adequada diversificação entre gestores, administradores, indexadores e estratégias de investimento, reduzindo a concentração de riscos; manutenção da estratégia conservadora definida pelo Comitê de Investimentos, priorizando ativos de elevada qualidade de crédito, baixa volatilidade e elevada liquidez. Embora parte dos ativos indexados ao IPCA tenha sido impactada pelos efeitos da marcação a mercado e a renda variável doméstica tenha permanecido sujeita à volatilidade observada na Bolsa brasileira, esses fatores exerceram influência limitada sobre o resultado consolidado da carteira. A reduzida exposição aos segmentos de maior risco, aliada ao elevado percentual de investimentos em renda fixa, permitiu compensar essas oscilações e preservar a estabilidade do patrimônio previdenciário. Outro aspecto de destaque foi a evolução do patrimônio líquido administrado pelo Instituto, consolidando trajetória consistente de crescimento ao longo dos meses. Esse resultado reflete não apenas a rentabilidade positiva dos investimentos, mas também a adequada gestão dos recursos previdenciários, a regularidade dos aportes e a eficiência da estratégia de alocação implementada pelo Comitê de Investimentos. Dessa forma, conclui-se que a carteira de investimentos do IPMU manteve desempenho compatível com os objetivos institucionais e atuariais, demonstrando capacidade de geração sustentável de resultados, controle adequado dos riscos e plena aderência à Política Anual de Investimentos e à Resolução CMN nº 5.272/2025. Os resultados alcançados reforçam a consistência da estratégia adotada pelo Comitê de Investimentos e sua contribuição para a preservação do patrimônio previdenciário e para a sustentabilidade financeira de longo prazo do Instituto. **Enquadramento da Carteira.** A carteira do IPMU encontra-se devidamente enquadrada tanto nos limites da Resolução CMN nº 5.272/2025 quanto nos parâmetros estabelecidos na Política



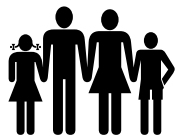
de Investimentos. Foi apresentado o enquadramento da carteira conforme as disposições da Resolução CMN nº 5.272/2025 e os limites definidos na Política de Investimentos do IPMU. A distribuição por enquadramento foi apresentada da seguinte forma: Artigo 7º inciso I (73,63%), Artigo 7º inciso V (23,92%), Artigo 8º inciso I (1,95%) e Artigo 9º inciso II (0,51%). A carteira segue concentrada em ativos de Renda Fixa, alocação em Investimentos no Exterior e Renda Variável. Foi observado que a exposição aos fundos de ações encontrava-se ligeiramente abaixo do percentual mínimo de 2,00% previsto na Política Anual de Investimentos. Também foi ressaltada a necessidade de acompanhamento dos fundos que apresentavam situações específicas de desenquadramento, especialmente em razão de alterações nas condições de mercado ou na composição de seus patrimônios. **Art. 18:** Aplicações em cotas de um mesmo fundo não podem exceder 20% das aplicações do RPPS, exceto em fundos de títulos públicos. O fundo BB Renda Fixa Ref DI Títulos Públicos FIF – CNPJ 11.046.645/0001-81, representa 24,06% (R\$ 163.902.731,39) do saldo da carteira. Embora ligeiramente acima de 20%, sua conformidade está por ser "composto exclusivamente por títulos públicos". Os demais fundos estão dentro dos limites. **Art. 19:** Total das aplicações dos RPPS em um mesmo fundo deve representar, no máximo, 15% do patrimônio líquido (PL) do fundo (5% para FIDCs, FI Renda Fixa "Crédito Privado" e FI "Debêntures"), exceto para fundos de títulos públicos. Todos os fundos listados na carteira estão dentro dos limites de percentual do patrimônio líquido do fundo. **Art. 20:** Total das aplicações dos recursos do RPPS em fundos e carteiras administradas não pode exceder 5% do volume total de recursos de terceiros gerido por um mesmo gestor ou grupo econômico. Os percentuais de participação dos gestores como CAIXA ASSET (0,01843%) ou BB ASSET (0,00674%) indicam que os fundos estão dentro dos limites estabelecidos. **Art. 21:** Condições cumulativas para aplicação em cotas de fundos de investimento, incluindo autorização do Banco Central, limite de 50% dos recursos de RPPS sob administração do fundo, e credenciamento prévio do gestor e administrador. Os relatórios demonstram que a conformidade está sendo acompanhada para cada fundo. **Composição.** A carteira de investimentos está segregada entre os segmentos de renda fixa (R\$ 664.451.070,08 – 97,54% do PL), renda variável (R\$ 13.275.560,81 – 1,95% do PL) e alocação no investimento no exterior (R\$ 3.474.142,60 – 0,51% do PL). As proporções demonstram uma carteira conservadora, em linha com o cenário econômico de volatilidade e as obrigações do IPMU. **Aderência à Política de Investimentos.** A carteira de investimentos do Instituto de Previdência Municipal de Ubatuba – IPMU apresenta plena aderência à Política Anual de Investimentos, com todas as classes de ativos enquadradas dentro dos limites mínimo, alvo e máximo estabelecidos, em conformidade com as diretrizes normativas vigentes. No segmento de Renda Fixa, observa-se concentração em fundos referenciados em títulos do Tesouro Nacional, que representam 73,63% da carteira (R\$ 501.538.415,58), além de 23,92% (R\$ 162.912.654,50) alocados em demais estratégias de renda fixa. Ambas as exposições encontram dentro dos limites-alvo definidos, refletindo o alinhamento com o perfil conservador/moderado do RPPS. No segmento de Renda Variável, a alocação em fundos de ações corresponde a 1,95% (R\$ 13.275.560,81), posicionando-se dentro da faixa alvo, com exposição controlada e compatível com a estratégia de diversificação e mitigação de riscos. Em relação aos investimentos no Exterior, alocação de 0,51% (R\$ 3.474.142,60), igualmente enquadrada nos limites estabelecidos, evidenciando postura cautelosa diante da volatilidade dos mercados internacionais e do risco cambial. Destaca-se a ausência de alocação nos segmentos de fundos estruturados, fundos imobiliários, empréstimos consignados e ativos imobiliários, todos com 0,00% de participação, em estrita conformidade com os parâmetros definidos na política vigente. Dessa forma, conclui-se que todas as alocações da carteira encontram devidamente enquadradas, não sendo identificadas situações de desenquadramento ou necessidade de reenquadramento, o que reforça a disciplina na gestão dos recursos e a aderência às boas práticas de governança e conformidade. **Resultado dos Investimentos.** No período em análise, o IPMU manteve sua carteira de investimentos integralmente enquadrada nos parâmetros de risco estabelecidos na Política Anual de Investimentos, com monitoramento contínuo e sistemático dos indicadores de risco dos fundos



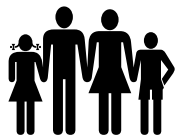
aplicados. Os níveis de risco observados mostraram-se compatíveis com as classes de ativos alocadas, respeitando rigorosamente os limites definidos para crédito, liquidez, concentração e volatilidade, o que evidencia a consistência da estratégia adotada e a aderência às melhores práticas de gestão previdenciária. No mês de referência, a carteira gerou retorno financeiro positivo (R\$ 7.243.526,84), refletindo o desempenho dos ativos em um ambiente de mercado ainda desafiador. No acumulado do exercício, o resultado consolidado positivo (R\$ 57.088.216,69), demonstrando a capacidade de geração de valor da carteira, alinhada aos objetivos de rentabilidade e sustentabilidade do regime. Dessa forma, conclui-se que a gestão dos investimentos tem se mostrado eficiente, prudente e orientada ao controle de riscos, assegurando resultados consistentes e compatíveis com a estratégia definida pelo Comitê de Investimentos. **Composição das Aplicações.** A maior aplicação em fundo de investimentos no mês está concentrada no fundo BB Títulos Públicos RL FIF Renda Fixa Referenciado DI LP (R\$ 163.902.731,39 - 24,06% do PL do IPMU). Em contrapartida, a menor aplicação está alocada no fundo Santander RF TP Referenciado Premium - Taxa de Administração (R\$ 2.985.826,08 - 0,44% do PL do IPMU). **Relatório de Risco.** O IPMU adota metodologia quantitativa para monitoramento e controle dos riscos de mercado, com destaque para o Value at Risk (VaR) como principal métrica de avaliação. O acompanhamento é realizado de forma contínua, com base em parâmetros previamente definidos na Política de Investimentos, sendo efetuadas reavaliações sempre que tais limites são atingidos ou ultrapassados. Foram apresentados os indicadores de risco e retorno dos fundos integrantes da carteira, incluindo volatilidade, Value at Risk - VaR, Índice de Sharpe e rentabilidades acumuladas em diferentes períodos. O Comitê analisou os riscos associados aos investimentos de renda fixa, renda variável e exterior, observando que os fundos de menor volatilidade continuavam apresentando desempenho consistente. Foi destacada a importância da utilização do VaR como instrumento de acompanhamento do risco de mercado, permitindo avaliar perdas potenciais em determinadas condições estatísticas. Também foi ressaltada a necessidade de reavaliação dos ativos sempre que os indicadores de risco ultrapassarem os parâmetros previamente estabelecidos. Os membros reconheceram que a análise de risco constitui elemento indispensável para a tomada de decisões, especialmente diante da necessidade de preservar os recursos destinados ao pagamento de aposentadorias e pensões. No período em análise, o *VaR da carteira* (252 dias úteis, nível de confiança de 95%) registrou 0,58% no mês e 2,00% em 12 meses, indicando nível de risco compatível com o perfil conservador/moderado adotado. Com base no comportamento recente da carteira, estima-se que a perda máxima potencial diária seja limitada, dentro do intervalo de confiança estabelecido. A *Volatilidade* da carteira permaneceu em patamar reduzido, atingindo 0,13% no mês e 0,70% no acumulado de 12 meses, refletindo baixa dispersão dos retornos e elevada estabilidade, coerente com a predominância de ativos de renda fixa pós-fixados. O *Índice de Treynor* apresentou resultado de -0,81 no mês e -0,06 em 12 meses, indicando que, no curto prazo, a rentabilidade da carteira foi inferior à do mercado ajustado ao risco sistêmico (beta), enquanto, no horizonte mais longo, observa-se recuperação parcial da eficiência na relação risco-retorno. O *Drawdown* da carteira foi de 0,00% no mês e 0,12% em 12 meses, evidenciando baixa amplitude de perdas máximas e elevada resiliência da carteira frente a oscilações adversas de mercado. O *Índice de Sharpe*, por sua vez, registrou -3,83 no mês e -0,23 em 12 meses, demonstrando que, no curto prazo, a carteira apresentou desempenho inferior ao ativo livre de risco ajustado à volatilidade, enquanto, no acumulado anual, mantém relação risco-retorno positiva, ainda que moderada. De forma consolidada, os indicadores de risco demonstram que a carteira de investimentos do IPMU mantém baixo nível de volatilidade, reduzida exposição a perdas e adequada estabilidade estrutural, características compatíveis com a natureza previdenciária dos recursos administrados e com o perfil conservador definido na Política Anual de Investimentos. Embora tenham sido observadas oscilações pontuais decorrentes das condições dos mercados financeiros, especialmente em razão das incertezas relacionadas ao cenário macroeconômico nacional e internacional, tais movimentos não comprometeram a consistência da carteira nem alteraram significativamente seu perfil de risco. Diante



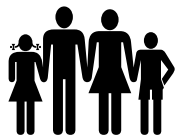
desse conjunto de fatores, conclui-se que a carteira de investimentos permanece em situação de equilíbrio, apresentando indicadores de risco plenamente compatíveis com o perfil conservador adotado pelo IPMU. A estratégia de alocação demonstra-se adequada às características dos passivos previdenciários do Instituto, proporcionando uma relação equilibrada entre segurança, liquidez e rentabilidade, preservando os recursos garantidores do plano previdenciário e contribuindo para a manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial do Regime Próprio de Previdência Social no longo prazo. **Fundos com Cota Negativa no Exercício.** No período em análise, verificou-se que o fundo Caixa Multigestor Global Equities Investimentos no Exterior FIC de Classe FIF – CNPJ 39.528.038/0001-77, com saldo de R\$ 3.474.142,60 (0,51% do patrimônio líquido da carteira), permanece com rentabilidade negativa no exercício de 2026, ou seja, o valor da cota atual encontra-se inferior ao valor registrado na data de aquisição pelo IPMU. O fundo Caixa FI Ações Small Caps Ativos – CNPJ 15.154.220/0001-47, com saldo de R\$ 13.275.560,81 (1,95% do patrimônio líquido da carteira), permanece com rentabilidade negativa no exercício de 2026, ou seja, o valor da cota atual encontra-se inferior ao valor registrado na data de aquisição pelo IPMU. A performance negativa observada está associada, principalmente, à volatilidade dos mercados internacionais, do mercado interno, às condições macroeconômicas globais e à variação cambial. Considerando o caráter estrutural e de diversificação desse tipo de ativo, bem como a baixa representatividade na carteira, os membros do Comitê de Investimentos deliberaram pela manutenção da posição, com acompanhamento sistemático e contínuo, avaliando a possibilidade de recuperação no médio e longo prazo. Destacou-se a necessidade de monitoramento periódico, com análise da performance relativa, do cenário macroeconômico internacional, da política monetária das principais economias e das perspectivas dos mercados acionários globais, fatores que influenciam diretamente o comportamento do fundo. **Fundos com Cota Negativa no Acumulado (Histórico).** Adicionalmente, constatou-se que o fundo Caixa FI Ações Small Caps Ativos – CNPJ 15.154.220/0001-47, com saldo de R\$ 13.275.560,81 (1,95% do patrimônio líquido da carteira), permanece com cota inferior ao valor de aquisição, caracterizando desempenho negativo no acumulado histórico da aplicação. O resultado reflete a elevada volatilidade característica do segmento de small caps, altamente sensível às condições macroeconômicas, ao ciclo de juros e à liquidez do mercado acionário. Apesar disso, observa-se que o fundo apresentou desempenho positivo no acumulado recente do exercício, indicando potencial de recuperação parcial. Diante desse contexto, o Comitê de Investimentos deliberou pela manutenção da aplicação, considerando sua função estratégica de diversificação e o potencial de valorização no horizonte de médio e longo prazo, mantendo, contudo, monitoramento contínuo e criterioso. Ressaltou-se a importância de acompanhamento técnico periódico, com avaliação da performance absoluta e relativa, análise dos fundamentos das empresas investidas, bem como das condições macroeconômicas e de mercado que impactam o segmento de renda variável. **Fundos/ Aplicações Encerradas.** No período em análise, não foram registradas movimentações de encerramento integral de fundos de investimento, permanecendo a carteira estável em sua composição, em linha com a estratégia definida pelo Comitê de Investimentos. **Movimentações:** os membros do Comitê de Investimentos são informados das movimentações realizada no mês. **Análise dos Desenquadramentos Identificados.** Foram apresentados dois pontos de atenção relacionados à carteira de investimentos. **Caixa Small Caps Ativo FI Ações.** Foi informado que o fundo apresentava situação de desenquadramento passivo em razão da participação dos recursos provenientes de regimes próprios de previdência social em seu patrimônio líquido. Conforme o diagnóstico apresentado, essa participação ultrapassava o limite regulamentar de 50%. Diante dessa situação, foi ressaltado que o fundo permanecia impossibilitado de receber novos aportes do IPMU. O Comitê destacou a necessidade de acompanhar a evolução do patrimônio líquido do fundo e as condições necessárias para eventual regularização. **Itaú Institucional FI Referenciado DI.** Foi apresentada a situação do fundo Itaú Institucional FI Referenciado DI, que passou a apresentar desenquadramento passivo em razão de exposição a debêntures da empresa Raizen. Foi informado que a companhia



sofreu rebaixamentos em suas classificações de risco de crédito, afetando a elegibilidade dos ativos para investimentos de RPPS. Conforme a apresentação, o fundo possuía exposição aproximada de 0,92% às debêntures da companhia. O Comitê analisou a situação, considerando que o desenquadramento ocorreu de forma passiva e que não havia necessidade de resgate imediato. Foi destacada, a importância do acompanhamento contínuo do fundo e da avaliação de alternativas que permitam reduzir a exposição ao risco de crédito privado. Entre as alternativas apresentadas, destacou-se o fundo Itaú Soberano Renda Fixa Simples, caracterizado por estratégia passiva referenciada ao CDI e sem exposição a ativos de crédito privado. **Análise dos Títulos Públicos Federais - NTN-B.** Na sequência, foram apresentadas as taxas indicativas dos títulos públicos federais indexados ao IPCA, especialmente as Notas do Tesouro Nacional - Série B (NTN-B). Foram analisados os vencimentos de 2026, 2027, 2028, 2029, 2030, 2032, 2035, 2040, 2050 e 2060. O Comitê observou que as taxas reais de juros apresentavam níveis elevados, criando oportunidades para investimentos de longo prazo. Foi ressaltado que a aquisição de títulos públicos federais com taxas superiores à meta atuarial pode contribuir para o cumprimento das obrigações previdenciárias futuras. Entretanto, destacou-se que a decisão de aquisição deve considerar o fluxo atuarial, a necessidade de liquidez, o prazo de vencimento dos títulos e a estratégia de contabilização. Também foi discutida a possibilidade de aquisição direta de títulos públicos federais, no âmbito da estratégia de Asset Liability Management - ALM, com o objetivo de promover maior alinhamento entre os ativos financeiros e os compromissos previdenciários. **Análise Técnica dos Fundos de Investimento - Avaliação de Alternativas e Oportunidades De Alocação.** Dando continuidade à pauta, foram apresentados aos membros do Comitê de Investimentos estudos e análises técnicas referentes a fundos de investimento disponibilizados por instituições financeiras integrantes do mercado, com o objetivo de avaliar alternativas de diversificação, identificar oportunidades de rentabilidade e subsidiar eventuais decisões futuras de alocação dos recursos previdenciários do IPMU. As análises consideraram o cenário macroeconômico nacional e internacional, as condições do mercado financeiro, a manutenção da taxa Selic em patamar elevado, o comportamento dos principais indicadores de referência e as diretrizes estabelecidas na Política Anual de Investimentos do IPMU para o exercício de 2026. Foram apresentados e examinados os seguintes fundos de investimento: **1. Itaú Soberano Renda Fixa Simples:** Foi apresentado como alternativa de investimento conservadora, com estratégia voltada à aplicação em ativos de renda fixa de baixo risco, especialmente títulos públicos federais, buscando acompanhar o desempenho das taxas de juros de curto prazo. A análise destacou a importância de avaliar sua composição patrimonial, liquidez, rentabilidade histórica e exposição aos riscos de mercado, considerando sua possível utilização como alternativa aos fundos referenciados ao DI já integrantes da carteira do Instituto. **2. Itaú High Grade Renda Fixa Crédito Privado:** Foi apresentado fundo com estratégia de investimento em ativos de renda fixa, incluindo instrumentos de crédito privado. A análise contemplou a necessidade de avaliação criteriosa da qualidade dos emissores, dos riscos de crédito, dos prazos dos ativos, das condições de liquidez e da relação entre risco e retorno. Foi ressaltado que a eventual aplicação de recursos previdenciários nesse segmento exige atenção especial aos limites regulamentares, à elegibilidade dos ativos e à compatibilidade com o perfil conservador da carteira do IPMU. **3. Itaú Institucional Legend Renda Fixa:** Foi apresentado como alternativa para avaliação de estratégias de gestão de renda fixa, considerando a possibilidade de diversificação dos investimentos e de aproveitamento das condições do mercado de juros. Foram destacados como aspectos relevantes para a análise a política de investimento do fundo, os ativos integrantes de sua carteira, a sensibilidade às oscilações das taxas de juros, os indicadores de risco, a liquidez e o histórico de desempenho em comparação com seus respectivos referenciais. **4. BTG Pactual Synergy Long Only FIA:** Foi apresentado fundo de investimento em ações, cuja estratégia está relacionada à gestão ativa de ativos de renda variável, buscando oportunidades de valorização no mercado acionário. A análise considerou as características desse segmento, especialmente sua maior exposição às oscilações dos preços das ações, à volatilidade dos mercados e



às condições econômicas nacionais e internacionais. Foi ressaltada a importância de avaliar a compatibilidade de eventual investimento com os limites estabelecidos na Política de Investimentos, considerando a baixa participação da renda variável na carteira do IPMU e a necessidade de preservação do perfil conservador adotado pelo Instituto. **Crêterios técnicos de avaliação:** Durante a apresentação, foi ressaltado que a análise dos fundos de investimento deve contemplar, de forma conjunta, a composição das respectivas carteiras, as estratégias de gestão, o histórico de rentabilidade, os indicadores de volatilidade, os riscos de mercado, crédito e liquidez, os prazos de resgate, os custos de administração e a aderência aos objetivos estabelecidos na Política de Investimentos. Também foi destacada a importância da comparação entre o desempenho dos fundos e seus respectivos indicadores de referência, considerando diferentes períodos de avaliação, de modo a identificar a consistência dos resultados e a adequação da relação entre risco e retorno. Os membros ressaltaram que a seleção de produtos financeiros deve observar cr terios técnicos, objetivos e previamente estabelecidos, evitando decisões fundamentadas exclusivamente em rentabilidades recentes ou expectativas de ganhos de curto prazo. **Enquadramento legal e procedimentos de governança:** Foi enfatizado que a eventual inclusão de novos fundos na carteira deverá ser precedida da verificação de seu enquadramento na legislação aplicável, especialmente quanto aos limites de alocação, às características dos ativos,   regularidade das instituições financeiras e   compatibilidade com a Política Anual de Investimentos do IPMU. Também foi ressaltada a necessidade de observância dos procedimentos de credenciamento das instituições financeiras, análise dos regulamentos e documentos dos fundos, avaliação dos riscos envolvidos e formalização das respectivas manifestações técnicas nos processos administrativos. **Considerações sobre a estratégia de investimentos:** Considerando a predominância das aplicações em renda fixa na carteira do IPMU e o cenário de juros elevados, foi destacada a importância de priorizar alternativas que apresentem condições adequadas de segurança, liquidez e rentabilidade, sem prejuízo da avaliação de oportunidades de diversificação. Em relação aos fundos com exposição ao crédito privado e   renda variável, ressaltou-se a necessidade de análise mais criteriosa, especialmente quanto aos riscos adicionais assumidos e   efetiva contribuição desses investimentos para a diversificação e o desempenho global da carteira. **Conclusão:** Ao término da apresentação, foi registrado que os estudos técnicos dos fundos Itaú Soberano Renda Fixa Simples, Itaú High Grade Renda Fixa Crédito Privado, Itaú Institucional Legend Renda Fixa e BTG Pactual Synergy Long Only FIA tiveram caráter informativo, técnico e prospectivo, com a finalidade de ampliar o conhecimento dos membros do Comitê sobre as alternativas disponíveis no mercado financeiro e subsidiar futuras avaliações de investimento. Ressaltou-se que a apresentação e a análise dos produtos não implicam, por si só, autorização para aplicação de recursos, permanecendo eventuais moviment  es condicionadas à realização das análises complementares necessárias, à observância dos procedimentos administrativos e ao atendimento dos requisitos legais e regulamentares. Ao término da apresentação e análise dos fundos de investimento Itaú Soberano Renda Fixa Simples, Itaú High Grade Renda Fixa Crédito Privado, Itaú Institucional Legend Renda Fixa e BTG Pactual Synergy Long Only FIA, foi ressaltada a importância do aprofundamento das avaliações técnicas, especialmente quanto   composição das carteiras, ao histórico de rentabilidade, aos indicadores de risco,   liquidez, ao enquadramento legal e   compatibilidade com as diretrizes estabelecidas na Política Anual de Investimentos do IPMU para o exercício de 2026. Nesse contexto, ficou estabelecido que os relatórios técnicos elaborados pelo Gestor de Recursos do IPMU, referentes aos fundos de investimento apresentados, são includidos na pauta da reunião ordinária do Comitê de Investimentos prevista para o m s de setembro de 2026, oportunidade em que são submetidos à apreciação e discussão dos membros do colegiado. A análise terá como finalidade aprofundar a avaliação das características e estratégias de cada fundo, identificar eventuais riscos e oportunidades, comparar os resultados com os respectivos indicadores de referência e verificar a conveniência de possíveis alterações na composição da carteira de investimentos do Instituto. Foi destacado que os relatórios do Gestor de



Recursos constituem instrumentos essenciais para subsidiar as manifestações do Comitê, proporcionando maior segurança técnica, transparência e fundamentação às decisões relacionadas à aplicação dos recursos previdenciários. Por fim, registrou-se que a apresentação dos fundos nesta reunião possuiu caráter preliminar e informativo, não representando deliberação quanto à realização de novas aplicações ou movimentações financeiras. Eventuais decisões sobre a inclusão dos produtos na carteira ou a realocação de recursos serão precedidas da apreciação dos respectivos relatórios técnicos, observados os requisitos legais, os procedimentos de governança e as diretrizes da Política de Investimentos vigente. Dessa forma, a análise dos relatórios técnicos do Gestor de Recursos fica definida como item de pauta da reunião do Comitê de Investimentos de setembro de 2026, assegurando a continuidade dos estudos e o acompanhamento sistemático das oportunidades de investimento, em consonância com os princípios de segurança, liquidez, rentabilidade, transparência e sustentabilidade financeira e atuarial do IPMU. Por fim, foi reafirmada a importância de manter o acompanhamento das oportunidades oferecidas pelo mercado financeiro, assegurando que eventuais decisões de alocação sejam fundamentadas em critérios técnicos, na avaliação dos riscos e na compatibilidade com os objetivos de segurança, liquidez, rentabilidade e sustentabilidade financeira e atuarial do IPMU. **Vencimento dos Fundos de Vértice - agosto/2026: Análise Financeira, Destinação dos Recursos e Estratégia de Realocação.** Dando continuidade à pauta, foi abordado um dos principais temas da reunião, referente ao vencimento de dois fundos de investimento de vértice integrantes da carteira do IPMU, previsto para o dia 15 de agosto de 2026, com disponibilização dos recursos financeiros para movimentação a partir de 18 de agosto de 2026. Foram apresentados os investimentos mantidos junto à Caixa Econômica Federal e ao Banco Bradesco, com os respectivos saldos brutos apurados em 31 de julho de 2026:

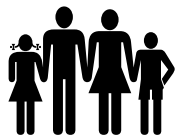
1. Caixa Econômica Federal

- Fundo: CI Caixa Brasil 2026 X TP RF RL.
- CNPJ: 54.518.391/0001-60.
- Processo administrativo: IPMU/049/2022.
- Saldo bruto em 31/07/2026: R\$ 45.343.179,43.
- Disponibilização financeira: 18/08/2026.

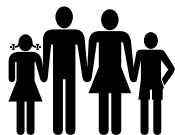
2. Banco Bradesco

- Fundo: Bradesco FI RF Estratégia XXVI RL.
- CNPJ: 55.969.096/0001-92.
- Processo administrativo: IPMU/130/2024.
- Saldo bruto em 31/07/2026: R\$ 55.776.869,00.
- Disponibilização financeira: 18/08/2026.

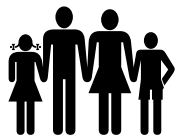
Os investimentos apresentavam, conjuntamente, saldo bruto de R\$ 101.120.048,43, correspondente a 14,84% do patrimônio total da carteira de investimentos do IPMU, que alcançou R\$ 681.200.773,49 no encerramento de julho de 2026. Considerando a expressividade dos recursos envolvidos, foi ressaltada a importância de estabelecer uma estratégia de realocação que assegurasse a continuidade da rentabilidade, a preservação patrimonial, a liquidez e a compatibilidade com as diretrizes da Política de Investimentos vigente. **Deliberação sobre a destinação dos recursos.** Após a apresentação das informações financeiras e a análise das condições do mercado, o Comitê de Investimentos deliberou pelo direcionamento dos recursos provenientes do vencimento dos fundos de vértice para “fundos de renda fixa referenciados ao DI”, já integrantes da carteira de investimentos do IPMU, mantendo-se os recursos nas respectivas instituições gestoras de origem. Dessa forma, ficou estabelecido que: a) Recursos provenientes da Caixa Econômica Federal: Os valores disponibilizados em decorrência do vencimento do fundo Caixa Brasil 2026 X TP RF RL serão direcionados para fundo de investimento de renda fixa referenciado ao DI, já integrante da carteira do IPMU e administrado ou gerido no âmbito da Caixa Econômica Federal, preservando-se a vinculação dos recursos à instituição



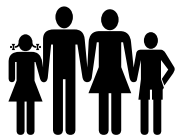
financeira de origem. b) Recursos provenientes do Banco Bradesco: Os valores disponibilizados em decorrência do vencimento do fundo Bradesco FI RF Estratégia XXVI RL serão direcionados para fundo de investimento de renda fixa referenciado ao DI, já integrante da carteira do IPMU e administrado ou gerido no âmbito do Banco Bradesco, mantendo-se igualmente os recursos na instituição financeira de origem. Justificativa técnica da estratégia adotada: A decisão fundamentou-se na necessidade de preservar a segurança, a liquidez e a rentabilidade dos recursos previdenciários, considerando o cenário econômico caracterizado pela manutenção da taxa Selic em patamar elevado, de 14,00% ao ano, que favorece o desempenho das aplicações financeiras referenciadas ao CDI. Foi destacado que a utilização de fundos DI já integrantes da carteira do IPMU apresenta vantagens operacionais e estratégicas, especialmente por se tratar de investimentos previamente analisados e acompanhados pelo Instituto, com histórico de rentabilidade, indicadores de risco e condições de liquidez conhecidos. Outro aspecto relevante da decisão foi a priorização da liquidez dos recursos, possibilitando ao IPMU manter disponibilidade financeira para o cumprimento de suas obrigações previdenciárias e, simultaneamente, acompanhar futuras oportunidades de investimento. Foi ressaltado que o direcionamento dos recursos para fundos DI não impede a realização de novas avaliações e eventuais realocações futuras, especialmente diante de oportunidades relacionadas à aquisição de títulos públicos federais indexados à inflação ou à aplicação em fundos de vértice com vencimentos posteriores, desde que devidamente fundamentadas em estudos técnicos e observadas as disposições da Política de Investimentos. Procedimentos para efetivação das movimentações: Ficou estabelecido que as movimentações deverão observar os procedimentos administrativos e operacionais aplicáveis, incluindo a confirmação dos valores efetivamente disponibilizados, a verificação do enquadramento dos fundos de destino, a observância dos limites de concentração e a emissão das respectivas Autorizações de Aplicação e Resgate - APR. As operações deverão ser devidamente registradas nos processos administrativos correspondentes, assegurando a rastreabilidade, a transparência e a adequada prestação de contas aos órgãos de governança e fiscalização. Conclusão: Ao finalizar a análise, o Comitê de Investimentos ressaltou que a estratégia de direcionamento dos recursos provenientes dos vencimentos dos fundos de vértice para fundos DI já existentes na carteira, com manutenção dos valores nas respectivas gestoras Caixa Econômica Federal e Banco Bradesco, representa medida de caráter conservador, alinhada ao cenário econômico e às necessidades de segurança e liquidez do Instituto. A decisão busca assegurar que os recursos permaneçam aplicados em produtos financeiros com características de risco e retorno compatíveis com o perfil da carteira, evitando períodos de disponibilidade financeira sem remuneração e preservando a flexibilidade necessária para futuras decisões de investimento. Dessa forma, o Comitê manifestou-se favoravelmente à aplicação dos recursos provenientes dos vencimentos dos fundos de vértice em fundos de renda fixa referenciados ao DI das respectivas instituições financeiras, já integrantes da carteira de investimentos do IPMU, com movimentação prevista a partir de 18 de agosto de 2026, observados os procedimentos administrativos, operacionais e legais pertinentes. A medida reafirma o compromisso do Comitê de Investimentos com a gestão responsável, prudente e transparente dos recursos previdenciários, priorizando a preservação do patrimônio, a adequada rentabilidade e a sustentabilidade financeira e atuarial do IPMU. **Deliberações do Comitê de Investimentos - Diretrizes Estratégicas, Gestão de Riscos e Acompanhamento da Carteira.** Após a apresentação e análise dos relatórios técnicos elaborados pelo Gestor de Recursos do Instituto de Previdência Municipal de Ubatuba - IPMU e pela Consultoria de Investimentos LEMA, bem como das informações referentes ao cenário econômico nacional e internacional, ao desempenho da carteira de investimentos, à evolução da rentabilidade em relação à meta atuarial, aos indicadores de risco e liquidez, aos limites de enquadramento e às diretrizes estabelecidas no Estudo de Gestão Integrada de Ativos e Passivos - Asset Liability Management (ALM), os membros do Comitê de Investimentos procederam à avaliação das estratégias de gestão dos recursos previdenciários. Durante as discussões, foi ressaltada a importância de conciliar a obtenção de rentabilidade compatível com a



meta atuarial com a preservação do patrimônio previdenciário, a manutenção de níveis adequados de liquidez e a observância dos princípios de segurança, solvência, transparência, prudência e responsabilidade na administração dos investimentos. Também foi destacada a necessidade de promover o alinhamento progressivo da carteira às obrigações previdenciárias presentes e futuras do Instituto, considerando as projeções atuariais, o fluxo de pagamento dos benefícios, as condições do mercado financeiro e os limites estabelecidos na Política de Investimentos vigente. Concluídas as análises e discussões, o Comitê de Investimentos deliberou, por unanimidade, pela aprovação das seguintes medidas, diretrizes e encaminhamentos: 1. Aprovação dos relatórios técnicos de investimentos. Foram aprovados os relatórios técnicos apresentados pelo Gestor de Recursos do IPMU e pela Consultoria de Investimentos LEMA, reconhecendo-se sua relevância como instrumentos de acompanhamento, avaliação e fundamentação das decisões relacionadas à gestão da carteira de investimentos. Os documentos constituem subsídios para a análise da rentabilidade, dos riscos, da liquidez, da composição patrimonial, dos limites de concentração e das oportunidades de manutenção, diversificação ou realocação dos recursos previdenciários. Ressaltou-se que a aprovação dos relatórios não representa autorização automática para novas aplicações, resgates ou movimentações financeiras, as quais deverão observar os procedimentos técnicos, administrativos e legais pertinentes. 2. Aprovação do Plano de Ação para Implementação das Diretrizes do Estudo de ALM. Foi aprovado o Plano de Ação para Implementação das Diretrizes do Estudo de Gestão Integrada de Ativos e Passivos – ALM, reconhecendo-o como instrumento estratégico para o planejamento dos investimentos e o fortalecimento da governança previdenciária. O Plano de Ação deverá orientar a compatibilização entre os ativos financeiros e as obrigações atuariais do Instituto, considerando os prazos de vencimento dos investimentos, as necessidades de liquidez, os fluxos projetados de pagamento dos benefícios e as metas de rentabilidade de longo prazo. Foi ressaltado que sua implementação deverá ocorrer de maneira planejada, gradual e tecnicamente fundamentada, respeitando as condições do mercado financeiro e a capacidade institucional de execução. 3. Implementação gradual das estratégias previstas no ALM. O Comitê deliberou pela implementação gradual, prudente e oportunista das estratégias previstas no Plano de Ação do ALM, sem estabelecimento de obrigatoriedade de execução imediata ou integral das medidas propostas. As decisões deverão considerar as condições de mercado existentes no momento de cada operação, as taxas de remuneração disponíveis, as avaliações do Gestor de Recursos e da Consultoria de Investimentos, as projeções atuariais e as necessidades financeiras do Instituto. Foi destacado que a implementação das estratégias deverá preservar a flexibilidade da gestão, permitindo ajustes sempre que identificadas alterações relevantes nas condições econômicas, financeiras ou atuariais. 4. Manutenção do perfil conservador da carteira de investimentos. Considerando o desempenho positivo da carteira e a rentabilidade acumulada superior à meta atuarial do exercício, o Comitê deliberou pela manutenção de uma estratégia predominantemente conservadora, com concentração majoritária dos recursos em ativos de renda fixa. A orientação fundamentou-se na necessidade de preservar os resultados alcançados, limitar a exposição a segmentos de maior volatilidade e assegurar condições adequadas de segurança, liquidez e previsibilidade dos investimentos. Foi ressaltado que a eventual ampliação da exposição a ativos de maior risco deverá ser precedida de avaliação técnica específica, considerando sua contribuição para a diversificação e sua compatibilidade com a Política de Investimentos e com o perfil de risco do IPMU. 5. Priorização dos estudos para aquisição direta de títulos públicos federais indexados ao IPCA. Em consonância com as diretrizes do Estudo de ALM e com os estudos desenvolvidos no âmbito do Processo Administrativo IPMU nº 123/2025, o Comitê deliberou pela priorização da análise de oportunidades de aquisição direta de títulos públicos federais indexados ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, especialmente as Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-B). A estratégia tem como finalidade avaliar alternativas de investimentos de longo prazo que possibilitem a obtenção de taxas reais de juros compatíveis com os objetivos atuariais do Instituto, promovendo maior alinhamento entre os ativos financeiros e os



compromissos previdenciários futuros. Foi ressaltado que a eventual aquisição deverá considerar os prazos de vencimento, as taxas reais ofertadas, a existência ou não de pagamentos periódicos de juros, a liquidez, os critérios de contabilização e precificação aplicáveis, a possibilidade de manutenção dos títulos até o vencimento e sua aderência ao fluxo atuarial projetado. 6. Exigência de estudo técnico prévio para aquisição de títulos públicos. Ficou estabelecido que toda proposta de aquisição direta de títulos públicos federais destinada à implementação das estratégias de ALM deverá ser precedida de estudo técnico específico. A avaliação deverá contemplar a conveniência e a oportunidade da operação, as taxas reais disponíveis, a comparação com alternativas de investimento, os riscos envolvidos, o enquadramento legal, os impactos sobre a liquidez e a compatibilidade com os compromissos previdenciários. Também deverá ser considerada a capacidade financeira do Instituto de manter os títulos até os respectivos vencimentos, evitando a necessidade de alienações antecipadas em condições desfavoráveis de mercado. As propostas deverão ser devidamente documentadas e submetidas à apreciação do Comitê de Investimentos antes da adoção das providências administrativas correspondentes. 7. Continuidade do Plano de Ação para adequação dos limites de concentração. O Comitê deliberou pela continuidade das medidas previstas no Plano de Ação destinado à adequação da carteira aos limites de concentração estabelecidos no artigo 19, § 2º, da Resolução CMN nº 5.272/2025. Foi ressaltado que a situação de desenquadramento identificada deverá permanecer sob acompanhamento técnico, considerando seu caráter passivo, transitório e passível de regularização mediante medidas planejadas. A estratégia de adequação deverá observar as condições de mercado, os prazos necessários à execução das medidas, os possíveis impactos financeiros e a preservação dos interesses previdenciários do Instituto. O acompanhamento deverá ser realizado de forma sistemática, com registro das providências adotadas, da evolução dos indicadores e das medidas necessárias à regularização progressiva da carteira. 8. Utilização dos recursos do Fundo Santander Renda Fixa Títulos Públicos para pagamento de benefícios. Foi deliberada a utilização dos recursos aplicados no fundo Santander Renda Fixa Títulos Públicos para atendimento das necessidades financeiras relacionadas à folha de pagamento dos aposentados e pensionistas do IPMU. A medida tem como objetivo assegurar disponibilidade financeira adequada para o cumprimento das obrigações previdenciárias, preservando a regularidade dos pagamentos e a previsibilidade dos fluxos de caixa. Foi destacada a importância de manter investimentos com liquidez compatível com as despesas previdenciárias recorrentes, de modo a evitar resgates antecipados de aplicações de longo prazo ou movimentações que possam comprometer a estratégia de investimentos do Instituto. Os resgates deverão observar os valores efetivamente necessários, o cronograma de pagamento dos benefícios e os procedimentos administrativos aplicáveis. 9. Manutenção da estratégia de investimentos no exterior. Considerando a volatilidade dos mercados internacionais, as incertezas relacionadas à política monetária das principais economias e os riscos geopolíticos, o Comitê deliberou pela manutenção das posições existentes no segmento de investimentos no exterior, sem realização de novas alocações no curto prazo. Foi ressaltado que a exposição internacional deverá continuar sendo acompanhada quanto à rentabilidade, aos riscos de mercado, às oscilações cambiais e à contribuição para a diversificação da carteira. Eventual alteração da estratégia dependerá de nova avaliação das condições econômicas e financeiras, observados os limites da Política de Investimentos. 10. Manutenção das demais posições da carteira. O Comitê deliberou pela manutenção das demais posições da carteira de investimentos, sem alterações imediatas, ressalvadas as movimentações expressamente previstas nas deliberações da reunião e aquelas necessárias ao cumprimento das obrigações previdenciárias. A decisão considerou o desempenho dos investimentos, a evolução da rentabilidade acumulada, a situação dos indicadores de risco e as condições do mercado financeiro. Foi destacado que a manutenção das posições não afasta a necessidade de acompanhamento permanente dos fundos e de reavaliação das estratégias sempre que identificadas alterações relevantes. 11. Monitoramento da meta atuarial e dos indicadores de solvência. Foi deliberada a continuidade do acompanhamento sistemático da evolução patrimonial



e da rentabilidade da carteira de investimentos, com especial atenção ao desempenho acumulado em relação à meta atuarial estabelecida para o exercício. Também deverá ser acompanhada a Razão de Solvência, considerada indicador relevante para a avaliação da relação entre os recursos financeiros disponíveis e os compromissos atuariais do Instituto. A análise deverá considerar os resultados mensais e acumulados, a consistência da rentabilidade, os riscos assumidos e a capacidade de sustentação dos resultados ao longo do tempo. Ressaltou-se que o desempenho superior à meta atuarial não elimina a necessidade de prudência, uma vez que a gestão dos recursos previdenciários deve considerar os compromissos de longo prazo e a preservação do equilíbrio financeiro e atuarial.

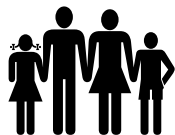
12. Acompanhamento das situações de desenquadramento. Foi deliberada a manutenção do acompanhamento específico das situações de desenquadramento identificadas na carteira de investimentos, com adoção das medidas técnicas e administrativas cabíveis. O monitoramento deverá considerar a origem de cada situação, sua natureza ativa ou passiva, os riscos associados, as alternativas de regularização e os eventuais impactos financeiros decorrentes de movimentações destinadas à adequação. As providências deverão ser fundamentadas em análises técnicas e devidamente registradas nos processos administrativos correspondentes.

13. Avaliação de eventual migração do Fundo Itaú Institucional FI Referenciado DI. O Comitê deliberou pela continuidade dos estudos relacionados à conveniência de eventual migração dos recursos aplicados no Fundo Itaú Institucional FI Referenciado DI para alternativa de investimento que não apresente exposição ao crédito privado. A avaliação deverá considerar a composição da carteira do fundo, os riscos de crédito associados aos ativos privados, a liquidez, a rentabilidade, os custos e as características das alternativas disponíveis. Foi ressaltado que a eventual migração deverá priorizar a segurança dos recursos previdenciários, observando o enquadramento legal, a Política de Investimentos e os procedimentos administrativos pertinentes. A análise não representa autorização imediata de resgate ou transferência, permanecendo a eventual movimentação condicionada à conclusão dos estudos técnicos e à apreciação das alternativas pelo Comitê.

14. Revisão periódica das estratégias de investimentos. Ficou estabelecido que as estratégias de investimentos deverão ser reavaliadas sempre que ocorrerem alterações relevantes nas premissas econômicas, financeiras ou atuariais utilizadas para fundamentar as decisões de alocação. A revisão deverá considerar, especialmente, mudanças nas taxas de juros, nas expectativas de inflação, nos fluxos financeiros do Instituto, nas projeções atuariais e nos indicadores de risco e rentabilidade da carteira. O objetivo é assegurar que a gestão permaneça flexível e capaz de responder às condições de mercado, sem comprometer os princípios de prudência, segurança e sustentabilidade previdenciária.

15. Observância da Política de Investimentos e dos limites regulamentares. O Comitê reafirmou a necessidade de acompanhamento permanente dos limites de alocação e concentração estabelecidos na Política de Investimentos do IPMU e na regulamentação aplicável aos Regimes Próprios de Previdência Social. As análises deverão contemplar o enquadramento dos investimentos por segmento, instituição financeira, gestor, emissor e demais critérios regulamentares pertinentes. Eventuais necessidades de adequação deverão ser identificadas tempestivamente e acompanhadas de propostas tecnicamente fundamentadas.

Conclusão das Deliberações. Concluídas as discussões, os membros do Comitê de Investimentos aprovaram, por unanimidade, as diretrizes, medidas e encaminhamentos apresentados, reafirmando o compromisso com a gestão prudente, responsável e tecnicamente fundamentada dos recursos previdenciários do IPMU. Foi destacado que a estratégia de investimentos deverá permanecer orientada pela preservação do patrimônio previdenciário, pela obtenção de rentabilidade compatível com a meta atuarial, pela manutenção de níveis adequados de liquidez e pelo controle dos riscos financeiros. A aprovação do Plano de Ação para Implementação das Diretrizes do Estudo de ALM foi reconhecida como importante avanço no planejamento estratégico dos investimentos, contribuindo para a compatibilização progressiva entre os ativos financeiros e os compromissos atuariais do Instituto. Também foi ressaltado que a aquisição direta de títulos públicos federais indexados ao IPCA constitui alternativa estratégica a ser aprofundada, especialmente diante das oportunidades de



Instituto de Previdência Municipal de Ubatuba – IPMU

Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Ubatuba

obtenção de taxas reais de juros atrativas, desde que observadas as condições de mercado, os estudos técnicos, as necessidades de liquidez e a capacidade de manutenção dos investimentos até seus vencimentos. Quanto às demais aplicações, deliberou-se pela continuidade da estratégia conservadora, pela manutenção do acompanhamento dos fundos integrantes da carteira e pela adoção de medidas graduais para adequação dos limites regulamentares e tratamento das situações de desenquadramento. Ficou expressamente registrado que as diretrizes aprovadas não implicam autorização genérica para movimentações financeiras futuras, devendo cada operação observar os estudos técnicos, os procedimentos administrativos, as competências decisórias e os requisitos legais aplicáveis. Por fim, o Comitê reafirmou que todas as decisões relacionadas à administração dos investimentos devem observar os princípios de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, transparência, motivação e responsabilidade fiduciária, contribuindo para a preservação do patrimônio previdenciário e para a sustentabilidade financeira e atuarial do IPMU. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e para que conste, eu, Fernando Augusto Matsumoto, que secretariei os trabalhos, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, vai por mim assinada, e pelos demais.

Fernando Augusto Matsumoto

Diretor Financeiro IPMU
CPRPPS CGINV I

Flávio Bellard Gomes

Membro Comitê de Investimentos
CP RPPS CGINV I

Lucas Gustavo Ferreira Castanho

Membro Comitê de Investimentos
Certificação - CGRPPS
CP RPPS CGINV I
CP RPPS CGINV II

Sirleide da Silva

Presidente do IPMU
CP RPPS CGINV II
CP RPPS CGINV III

Marcelo da Cruz Lima

Membro Comitê de Investimentos
Certificação - Anbima CPA 10
CP RPPS CGINV I
CP RPPS CGINV II

Wellington Diniz

Gestor de Investimentos
Certificação - Anbima CPA 20
CP RPPS CGINV II

Antonio Marques de Oliveira

Diretor Administrativo
CP RPPS CGINV I

Karen Sonoyo Yamamoto

Diretora de Seguridade e Benefícios
CP RPPS CGINV I